O Ideal na Proposta da Inclusão Educacional

 Mairene Vieira de Oliveira Ferreira

O ideal na formação de uma escola justa e igualitária a partir de um ensino equitativo é uma fiel recomendação. A identidade educacional de todos os alunos vivência em uma sociedade também igualitária, cujas oportunidades sociais estariam sob o alcance de todos os indivíduos.

A proposta da inclusão educacional, nesse contexto, assume representatividade e posição, por resguardar um significado moral que sugere a dissipação das distensões sociais. Portanto, a inclusão escolar, implica a essência de uma sociedade ainda inclusiva, não aceitando nitidamente a experiência de lutas de classe e interesse inerente à composição do preceito socialista. Ainda na atualidade a ênfase dada ao princípio da igualdade de oportunidades traz em sua capacidade na defesa dessa igualdade de oportunidades.

 Sugere o reconhecimento de que os indivíduos nascem naturalmente diferentes e a cada um será concedida a chance de demonstrar as suas capacidades, segundo suas próprias condições em que a sua natureza lhe permita. Assim, qualquer diferença, principalmente a diferença educacional, proporcionadas a todos da comunidade escolar, no entanto, o movimento de cada indivíduo é que determina a sua elevação social.

Este artigo tem a proposta de inclusão que filia a uma probabilidade de procura de harmonia e equilíbrio social, proporcionado a partir de um forte apelo da sociedade. Esta questão tem como referencia condições principais para as desigualdades sociais. Baseando nesta concepção, essa instituição pressupõe que a interferência nas questões individuais e a compreensão, a amizade e a solidariedade, são avaliadas aceitáveis para minimizá-la dessas intranquilidades que são essencialmente, de ordem social.

 Um ponto fundamental completa a crítica cometida diz respeito ao fato de que, taticamente, os estabelecimentos escolares no Brasil ao analisarem as condições sociais dos países fazem-nos de maneira focada, pensadas para realidades avaliadas especiais.

De forma similar, nossas críticas não devem ser entendidas como negação da importante luta e das conquistas obtidas em relação à inclusão educacional, já que essas se inserem num processo histórico amplo, empenhadas, na maioria das vezes, pelas próprias pessoas com deficiências, famílias e profissionais engajados, portanto, não restritas às recomendações internacionais. A partir da análise torna possível, nos limites desse artigo desarmar parte dos artifícios que atualmente têm sustentado o ideário da inclusão social e inclusão educacional.

O percurso realizado nesse trabalho buscou situar a totalidade de determinantes e intenções que estrategicamente compõem o arcabouço das recomendações internacionais. Muito mais do que evidenciar nas deliberações provenientes dessas instituições um perfil politicamente correto, e por essa razão que buscou analisar o papel por elas assumido, à luz de um processo marcado pela concretização de táticas para a sustentação da superioridade do capital.

Nesse sentido, os princípios e valores humanos são colocados em relevância e são levados em conta para a busca da superação dos conflitos sociais. Isso sugere o entendimento de que a manifestação dos conflitos, segundo a ótica dessas instituições, é ocasionada pelas inadequadas práticas pessoais, decorrentes das falhas na formação de valores, tais como a discriminação, o preconceito, a intolerância.

Nesse sentido, as propostas e recomendações demandadas por essas agências, por estarem sustentadas pela lógica neoliberal, padecem de limites estruturais para a concretização. As políticas, embora até permitam melhorias nas condições de vida de grupos mais desfavorecidos, não objetivam mudanças nos padrões em que já estão constituídas as relações sociais, fator esse que implica, portanto, a permanência de situações de exclusão social.

Desse modo, o ideário da inclusão educacional de orientação neoliberal, longe de significar a amenização das desigualdades sociais, expressa uma prática social que confere legitimidade ao sistema de reestruturação capitalista para manutenção da ordem classista. Padece de um limite histórico, pois não tem realmente como criar as condições necessárias para a concretização dos direitos sociais para mais adiante dos limites da sociedade. A fala que destaca na inclusão social pela inclusão educacional funda um artifício, dada a condição de calar o fator dos interesses adversos, próprios do modelo econômico vigorante, cria-se a ilusão da possibilidade de superação dos absurdos inerentes da sociedade de classes com direitos iguais.

Entender e defender o movimento de inclusão educacional como um direito inalienável de todos os indivíduos ao conhecimento historicamente acumulado constitui-se certamente num avanço. Entretanto, empenhar essa bandeira no sentido de concebê-la como solução às situações de desigualdade e exclusão social é olhar o problema dessa desigualdade associada somente à questão do acesso escolar, o que redunda de modo reducionista, a compreensão dos fundamentos dessa desigualdade.

Embora Paulo Freire tenha desenvolvido sua pedagogia dialógica e política anteriormente ao movimento mundial de inclusão, sua filosofia se mostra tão contemporânea que ainda tem o poder de se colocar como um conceito de uma real inclusão, uma referência sobre o tema.

A proposta de Paulo Freire, em sua práxis libertadora traz a origem da educação inclusiva, que não abriga a homogeneização dos educandos frutos da escola tradicional, dependente dos interesses do capitalismo neoliberal. Defende uma educação para todos, sem discriminações de qualquer natureza.

A educação é imaginária, visto como sugerem a reinvenção do mundo a respeito dos princípios do democratismo que não se restringem ao direito de determinadas equivalência à exclusão de outros. Ao contrário passa pela construção de uma nova situação cultural, na qual todos os educandos possam desenvolver seu processo educativo junto na escola, permeado pela igualdade de oportunidades e pelo direito de acesso e permanência com sucesso a uma educação de qualidade para todos independentemente de suas características pessoais, onde não caibam mais discriminações ou preconceitos aos educandos especificamente com condições físicas, mentais ou sensoriais diferentes dos demais alunos.

Um fator que ocasiona sua visão da realidade, e a sua desfavorecia implicando na aceitação da condição de humildade ou de diferente, determinando o acordo com a segregação na educação especial e na escola inclusiva. O reconhecimento do aluno da sua condição de consciência da cultura opressora, intercedida por uma pedagogia da inclusão de uma analise critica dos fatores determinantes do sistema educacional; causando a procura pela conquista da posição de sujeito histórico, em processo de transformação de si mesmo e do mundo na sociedade.

No momento da inclusão que a escola procede de uma construção social, ele precisa procurar conquistar sua liberdade, por meio da superação dos condicionantes que indicam suas ações, em uma luta permanente pela transformação da realidade opressora, por sua humanização e a restauração da sua vocação ontológica e histórica de ser mais.

Para que o aluno possa incluir enquanto cidadão com direitos e deveres, oportunizando o exercício dos seus direitos básicos e essenciais da cidadania, como o de estudar em uma escola publica em igualdades educacionais com os demais estudantes, entre outros que lhe foram recusados no decorrer do tempo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Mairene Vieira de Oliveira. **O Ideal na Proposta da Inclusão Educacional.** Alto Araguaia – MT. 2015